

INFORMAR O SIMPÓSIO TEMÁTICO

TÍTULO

DESIGUALDADES RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL

Hayane Mateus Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN,
hayanemateussilva@gmail.com

Resumo

O desinteresse pela história dos afrodescendentes brasileiros no sistema educacional brasileiro é notável pela invisibilidade da Lei 10.639/03 e lei de cotas 12.990/2014, para formação de professores negros e principalmente no ensino superior. O texto tem como o objetivo, analisar esse processo de invisibilidade negra no ensino superior na URCA, como também o racismo institucional na instituição de ensino. Nesse sentido, é compreender quais os mecanismos foram utilizados para trabalhar a lei sobre história e cultura afro brasileira nas disciplinas no curso de licenciatura pedagogia, como também o processo de cotas para professores negros. O trabalho tem como sujeitos da pesquisa os professores autodeclarados negros. Possui o caráter metodológico de cunho bibliográfico. Por fim, analisar as situações de descasos, discriminações, invisibilidade e racismo institucional na Instituição de ensino.

Palavras Chave: Formação de professores, Educação, Racismo Institucional.

INTRODUÇÃO

Um dos desafios que se colocam a sociedade brasileira desde séculos anteriores, é a valorização das contribuições da cultura africana nas mais diversas dimensões da vida social. A tradição africana faz parte do contexto brasileiro desde o período da colonização, marcado pelo escravismo criminoso responsável pela subordinação dos povos africanos na diáspora.

Os valores filosóficos, a religiosidade, os conhecimentos científicos, a linguagem e diversas manifestações culturais acompanharam os povos escravizados e aportaram em território brasileiro, onde foram incorporados e ressignificados no diálogo entre as diversas etnias que, mesmo distantes do seu lugar de pertencimento, se preocuparam em manter vivas as africanidades que hoje fazem parte do nosso cotidiano, mas que tendem a ser silenciadas, estigmatizadas e descontextualizadas das nossas vivências. Decorrente do período da colonização, o racismo é compreendido como um mecanismo de dominação que legitima as desigualdades sociais enfrentadas pela população brasileira e que desconsidera as contribuições dos povos africanos nos aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais e científicos. Neste contexto é que surge a problemática: entre educação pública e racismo institucional em uma escola pública em Crato- Ceará.

O interesse pela temática surge a princípio da minha história de vida como mulher negra que tem sua trajetória marcada pela negação da identidade étnico-racial, decorrente da desvalorização de padrões estéticos que desconsideram os traços negros, além de ser professora temporária da Instituição de ensino. Em âmbito acadêmico, pesquisas têm sido realizadas nos últimos anos pautando o tema das relações étnico-raciais, com isto pretendemos contribuir para a produção acadêmica, que vem evidenciado a importância da produção de conhecimento científico sobre este tema para o combate ao racismo institucionalizado e naturalizado, e simultaneamente colaborar com fortalecimento dos debates sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura africana e afrobrasileira. Destacamos ainda que esta pesquisa, do ponto de vista científico, fortalece a epistemologia afrodescendente na qual pesquisadoras e pesquisadores de ascendência negra partem de dimensões referentes a própria identidade e a própria cultura negra, rompendo com a lógica de produção a partir do olhar do colonizador.

Para subsidiar as reflexões trazidas neste estudo utilizamos alguns autores como: Joyce Berth (2019), Henrique Antunes Cunha Jr. (2013), Eliane dos Santos Cavalleiro (2003), Nilma Lino Gomes (2015), Kabengele Munanga (2004, 2007) entre outras autoras e autores que nos ajudaram a enxergar os sentidos epistemológicos, culturais, sociais e políticos da educação e racismo institucional. Nesta perspectiva partimos de uma pesquisa participante, qualitativa e de cunho exploratória, desenvolvida através de encontros formativos na Universidade Regional do Cariri . Realizada no ano de 2023.

REFERENCIAL TEÓRICO

É preciso considerar que, o racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura, ou origem étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes de preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção, ignorância, como também relações de poder e interesses. No âmbito educacional também ocorre o racismo Institucional, quando por exemplo a instituição não oferece um sistema de cotas, quando o quadro de professores são exclusivamente brancos e é de se questionar se existe igualdade, democracia de fato na universidade quando não se tem uma diversidade étnico cultural-racial.

Vale lembrar que, as desigualdades raciais constituídas no Brasil são o produto de uma trama complexa entre as esferas políticas, econômicas e culturais. Essas desigualdades raciais partem de um juízo de superioridade. Assim, desde que os negros foram trazidos para as terras brasileiras, estiveram submetidos a todos os tipos de juízos, principalmente os negativos, os pejorativos, sobre sua condição de diferente no plano sociocultural.

Assim, a configuração da sociedade brasileira deu-se num longo, processo histórico que colocou junto, dentro do mesmo espaço geopolítico, povos advindos de distintas formações étnicas. A miscigenação decorrente desse processo, associada ao longo período de escravidão ocorrido no país, deixou consequências que influem diretamente na “identidade” do povo brasileiro. Uma dessas consequências manifesta-se no racismo, elemento estrutural presente na nossa sociedade, e cuja existência, muitas vezes, foi dissimulada tanto por pensadores sociais como pela própria população (branca, mestiça e negra), sob a égide de uma suposta “democracia social”, transfigurada em “democracia racial”. Nesse sentido, o racismo interferiu, e, de certa maneira, imprimiu marcas profundas nas relações sociais no Brasil, pois, mesmo de forma velada, ele se manifesta em vários momentos da vida do brasileiro já que o critério da cor foi e continua sendo crucial nas instituições sociais, pois quanto mais claro o indivíduo, melhor o seu *status* social, melhores também são sua aceitação na sociedade e, conseqüentemente, as funções que lhe, serão destinadas.

Para Munanga (2004, s/p), “[...] o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”. É neste sentido que o racismo atua como um mecanismo de dominação que legitima a visão de inferioridade das pessoas negras e que fortalece as desigualdades sociais. Em concordância, Gomes (2015, p. 98) assinala que “O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e da inferioridade racial.”

Nesta perspectiva, a reprodução sistêmica de práticas racistas é um grande entrave para o desencadeamento de políticas de democratização de direitos, como as Políticas de ações Afirmativas

que atuam como meio de superação da desigualdade que afeta grupos e minorias. A precariedade de educação antirracista sobre a valorização do pertencimento étnico na sociedade, contribui para a reprodução das desigualdades sociais, práticas discriminatórias e para o fortalecimento do racismo.

Quando relacionamos educação e racismo é preciso considerar que a educação tem se tornado a principal via de combate as discriminações raciais por meio da ampliação dos conhecimentos acerca da história africana e afro-brasileira por meio da efetivação da Lei 10.639/2003 a fim de positivar as contribuições sociais, culturais e econômicas que os africanos e afrodescendentes desempenharam na construção do Brasil. Há neste contexto uma tentativa de descolonização dos currículos escolares, nesta perspectiva

Oliveira e Cunha Jr. (2012) assinalam que: [...] estudar a história africana e afro-brasileira não possui o intuito de mudar o foco eurocêntrico para outro africano, mas de ampliar as discussões para a diversidade cultural, racial, social e econômica existentes em nosso país.

Logo, a ampliação dessas discussões tem demonstrado a necessidade de construir um currículo pautado no respeito à diversidade étnico racial a fim de contribuir para a construção positiva da identidade afrodescendentes. Por fim, Nunes e Santos (2011, p. 64) ao discorrerem sobre o ensino reforçam que “Uma educação escolar para a diversidade no Cariri Cearense deve atuar na desconstrução das concepções pejorativas sobre o negro, oportunizando que os alunos pertencentes a este grupo se reconheçam diferentes, mas não desiguais”. Esta afirmação se amplia a todo o contexto nacional, considerando que uma educação que problematize a história e cultura africana e afrobrasileira, através dos diversos componentes curriculares, contribuem para o descortinamento das relações de poder que transcorre o campo das relações étnico-raciais.

Para além disso, quando relacionamos educação, políticas de cotas e racismo institucional na universidade regional do Cariri (URCA), partimos da perspectiva de que há desigualdades de oportunidades: minorias raciais muitas vezes têm acesso desigual à educação de qualidade, devido a disparidades em financiamento escolar, distribuição de recursos e qualidade de professores, possuímos um currículo eurocêntrico: o currículo muitas vezes reflete perspectivas eurocênicas, negligenciando contribuições histórias de pessoas de origens raciais diversas. Também possuímos falta de diversidade no corpo docente, falta de diversidade entre professores e funcionários da instituição de ensino superior.

Portanto, para combater o racismo institucional na educação uma das vias se dá por reconhecer e enfrentar esses problemas sistêmicos, promovendo políticas de equidade, diversidade curricular e treinamento para educadores, além de envolver as comunidades afetadas no processo de tomada de decisões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por fim, a educação ocorre não somente na escola, mas em outros espaços sociais em relação com outros elementos da natureza tendo o fazer como principal metodologia pedagógica. E é nesta educação que ocorre na vida que encontramos espaços para dialogar. A pesquisa com adolescentes indica a necessidade do reconhecimento de suas narrativas, de suas histórias e de suas compreensões sobre o mundo, pois, são seres relacionais e protagonistas que cotidianamente participam da dinâmica afetiva, lúdica, étnica, social, cultural, histórica e de gênero. Por questões metodológicas não vamos mencionar os nomes dos adolescentes, fizemos entrevistas semi-estruturada nas quais obtivemos algumas informações sobre o racismo vivenciado por esses adolescentes no ambiente escolar.

Alguns relataram sobre os estereótipos, expressões pejorativas, tais como : negrinho, cabelo de bombril, chocolate. Foi relatado a falta de manejo de alguns professores para tratar dessas situações, e pensando nisso os alunos sugeriram alguns pontos a ser trabalhado pelos professores dentre eles: Respeitar a diversidade cultural e etnica , fazer rodas de conversas, palestras com pais, professores, gestão escolar, fazer aula de campo para aprender mais sobre cultura, democracia, cidadania e etnias que formaram e forma a sociedade brasileira.

Portanto, é na escola onde aprendemos o respeito mútuo, por ser um espaço cheio de diferenças e culturas raciais. Observamos em uma sala de aula a diversidade que existe em cada pessoa e o conhecimento que cada um traz consigo mesmo e cabe ao professor a criar metodologias que ajudem a repassar e adquirir ao mesmo tempo respeito aos valores culturais. O livro didático é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores na sala de aula e principalmente nas escolas publicas sendo, na maioria das vezes, um único recurso como forma de leitura para muitas crianças em que as famílias não podem comprar jornais nem revistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo este artigo ressaltando que o racismo está presente na sociedade brasileira buscando apoio na visão de pesquisadores e em depoimentos de pessoas que sofreram ações preconceituosas e discriminatórias. Para nossa argumentação demonstramos que o racismo foi construído em um processo histórico e assim foram inventadas imagens negativas e criações de teorias científicas que não tem sustentação. Na criação das teorias científicas os europeus distorceu os conhecimentos do continente africano, não deu importância e valor ao povo africano cheio de valores e culturas milenares.

Na reprodução dos preconceitos e do racismo, a mídia e até mesmo o livro didático ou de literaturas nos passa a visão sobre a África como se fosse um continente pobre materialmente, cheio de misérias, doenças e pobreza ao invés de demonstrar que acima de tudo também possui culturas e valores. Também no Brasil, que é um lugar repleto de tradições, costumes e crenças africanas e afro-

brasileiras há preconceitos com a cultura africana e afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Revelando tramas, descobrindo segredos: violências e convivências nas escolas, 2009, SEEDF. DF

CAVALLEIRO, Eliane (org), Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001

KABENGELE, Munanga; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

KABENGELE, Munanga (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001

_____. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. Temas IMESC, Soc. Dir. Saude, São Paulo, 1984

